

## HAITIANOS NA AMAZÔNIA

### A MORFOLOGIA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA PELO ACRE E O HORIZONTE DE INSERÇÃO PRECARIZADA NO BRASIL

LETÍCIA HELENA MAMED

**RESUMO** *Este artigo apresenta uma síntese de pesquisa empírica realizada no Estado do Acre, a principal porta de entrada de imigrantes haitianos no Brasil. Em 2010, eles partiram do contexto social haitiano de profunda crise, conduzidos por redes de contrabando de migrantes, e configuraram um fluxo constante na região, com estimativa do ingresso de mais de 37 mil até dezembro de 2015. No Acre, eram recebidos em um acampamento mantido pelo poder público, cuja estrutura de serviços assegurava a regularização e a preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e ingressar de modo particularmente precarizado no mercado laboral brasileiro.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Trabalho, Imigração, Haitianos, Amazônia Acreana.*

**ABSTRACT** *This article presents a synthesis from the empirical research carried out in the Acre state, the main access point of Haitian immigrants in Brazil between 2010 and 2015. Coming from a social context of deep crisis, led by migrant smuggling networks, they configured a steady flow in the region, to estimate the passage of more than 37,000 at the end of a five-year cycle. In Acre they were received in a camp maintained by the government, whose service structure ensured their settlement and preparation as a labor force able to continue their journey and join in a particularly precarious way in the Brazilian labor market.*

**KEYWORDS** *Work, Immigration, Haitians, Acre Amazon.*

## INTRODUÇÃO

Os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem a preceder ou seguir mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da humanidade, mas é possível considerar que a partir da década de 1980 houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), associado ao de reestruturação produtiva (ANTUNES, 1999; ALVES, 2000).

Os desdobramentos disso na vida social foram imediatos, a partir de decisões econômicas e políticas para instauração da acumulação flexível (HARVEY, 2002) e cumprimento da agenda neoliberal (ANTUNES, 2001). A organização dos trabalhadores e a forma de trabalhar sofreram alterações, com desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global, terceirização nos mais diversos ramos e setores, conformação do sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflituoso, privatização de bens públicos e desconstrução dos suportes de sociabilidade. Acompanhou-se, por conseguinte, a elevação da precarização, o acirramento das desigualdades, a ascensão do desemprego, das vulnerabilidades e do empobrecimento em grande proporção (ANTUNES, 2006, 2013, 2014; CHOSSUDOVSKY, 2003; GOUNET, 1999; VASAPOLLO, 2005).

É nesse contexto de precarização estrutural e nova morfologia social do trabalho que se inscreve a realização desta pesquisa de tese sobre o movimento internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que aportaram na Amazônia Sul Ocidental (Estado do Acre), na condição de indocumentados, vítimas de redes de contrabando de migrantes, em busca de uma vida socialmente

digna e cuja tendência predominante foi ocupação na linha de produção da agroindústria da carne no país<sup>1</sup>. Com a definição desse recorte temático, a partir da ótica do trabalho, a pesquisa pretende contribuir para a reflexão sobre o atual contexto de mobilidade do trabalho no mundo, especificamente no Brasil, situando a discussão no plano do desenvolvimento do capital e suas desigualdades internacionais e regionais, revelando as formas particulares de exploração laboral associadas à nova configuração da acumulação capitalista.

Trata-se de um estudo qualitativo, cujo eixo teórico-metodológico de análise dos dados e exposição dos resultados é o materialismo histórico dialético, aliado a procedimentos técnicos que combinam pesquisa bibliográfica documental com pesquisa de campo. Especificamente neste artigo, o objetivo é a apresentação de uma síntese da pesquisa de campo de viés etnográfico, compreendendo imersão no universo pesquisado, observação participante e coleta de entrevistas em profundidade, realizada no Acre, que representou, entre 2010 e 2015, a principal porta de entrada de haitianos no país. Embora existam alguns registros sobre a presença deles na Amazônia desde 2009, o início do fluxo desses imigrantes propriamente dito, por meio da rota acreana, verificou-se a partir de dezembro de 2010, quando logo assumiu, com algumas oscilações, uma tendência de continuidade e crescimento até 2015.

O universo da pesquisa de campo compreende três contextos: I) região da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Bolívia, com foco nas cidades acreanas de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasileia, que integraram rota de passagem e sediaram por muito tempo o acampamento de imigrantes; II) cidade de Rio Branco, capital acreana, onde se estruturou o oitavo e último acampamento<sup>2</sup>; III) região Sul do Brasil, com foco nas localidades de maior concentração de bases produtivas da agroindústria da carne, como a região oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina e a região serrana do Rio Grande do

<sup>1</sup>Pesquisa de tese da autora, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, sob a orientação dos professores Dr. Fernando Lourenço e Dr. Ricardo Antunes, iniciada em fevereiro de 2014 e com previsão de conclusão em fevereiro de 2018.

<sup>2</sup>No momento de revisão final deste artigo, em dezembro de 2015, de acordo com a administração do abrigo público de imigrantes de Rio Branco, o número de imigrantes acolhidos no último bimestre daquele ano oscilou entre 5 e 30 pessoas, os menores números já registrados ao longo de cinco anos de fluxo migratório pela região. Em razão disso, o governo estadual iniciou a discussão técnica e política sobre o possível encerramento das atividades prestadas pela unidade (SEDS; SEJUDH, 2015).

<sup>3</sup> O contato com o tema foi inicialmente proporcionado pelas atividades do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (Ufac-CNPq), no âmbito do qual foi realizada a pesquisa “Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental” (período: jul.2013 a jul.2014; financiamento: Pibic-Ufac-CNPq), sob a orientação da autora, e atualmente se desenvolve a pesquisa “Mundos do trabalho na Interoceânica: mapeamento na trílice fronteira Brasil-Peru-Bolívia” (período: ago.2014 a ago.2015; financiamento: Pibic-Ufac-CNPq), sob orientação da Profa. Dra. Eurenice Oliveira de Lima, tendo como um de seus objetivos de investigação o mapeamento das rotas internacionais de trabalhadores com destino ao Brasil.

Sul, cujas empresas mais empregam imigrantes haitianos, desde a chegada dos primeiros grupos ao país.

O acompanhamento, em campo, do fluxo de haitianos pela região acreana teve início em junho de 2013<sup>3</sup>, sendo finalizado em dezembro de 2015, utilizando-se para coleta de dados empíricos as técnicas de observação participante, com produção de diários de campo, juntamente com a realização de entrevistas orais semiestruturadas e gravadas, priorizando a modalidade trajetórias de vida.

Nos últimos cinco anos, após percorrerem a rota Haiti-Brasil, endividados e transtornados, os haitianos eram recebidos no Acre em um acampamento público improvisado, mantido pelos governos federal e estadual, cuja estrutura assegurou a regularização e a preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e ingressar, de modo particularmente precarizado, no mercado laboral brasileiro. Nesse processo, como espaço prioritário de visitas da pesquisa, definiu-se o acampamento de imigrantes, lugar no qual se concentrava a estrutura do serviço de acolhimento, alimentação e orientação do governo brasileiro aos que estavam em trânsito pela região. Ponto de referência a todos os que chegavam ao estado, era o endereço do desembarque diário de dezenas de imigrantes.

Considerando o campo realizado de junho de 2013 a dezembro de 2015, somaram-se 10 períodos de observação, entre visitas exploratórias e de imersão no cotidiano do local, e um acervo de mais de 100 gravações, entre entrevistas, diálogos, conversas e reuniões com imigrantes e demais agentes do processo, como servidores públicos que atuaram no atendimento, comerciantes, empregadores, representantes da sociedade civil organizada, entre outros que mantiveram contato direto ou indireto com o objeto de estudo.

Ao percorrer esse caminho, o propósito era a composição de um quadro amplo, diversificado e atualizado de referências sobre a chegada, o trajeto e o destino dos haitianos no país.

Entretanto, vale ressaltar que acompanhar um movimento migratório em pleno desenvolvimento, a fim de inventariar a sua morfologia, tem sido um duplo desafio, uma vez que isso demanda sensibilidade para apreender as expectativas, dúvidas, inseguranças e enfrentamentos inerentes aos trânsitos de imigrantes, assim como os elementos estruturais que vêm dinamizando e complexificando esse processo.

Desse modo, apresenta-se a seguir uma síntese da experiência de campo acumulada de junho de 2013 a dezembro de 2015. A análise preliminar do acervo de pesquisa vem possibilitando o desenho aproximado do perfil do fluxo de haitianos que ingressaram no país por meio da fronteira acreana, a dinâmica organizacional das redes de contrabando de migrantes que os conduziram, e a identificação das principais repercussões sociais desse processo na Amazônia Sul Ocidental. Muito embora tenha sido reconhecidamente apenas uma região de passagem, o Acre assumiu posição estratégica no processo de regularização e preparação desses imigrantes como força de trabalho, além de proporcionar a reflexão sobre os primeiros choques culturais e conflitos entre os próprios imigrantes e deles com os residentes das cidades por onde passaram, marcados por dificuldades de ordem linguística e financeira, e diferenças físicas e culturais, associadas às peculiaridades locais.

## **1 – A CONFIGURAÇÃO DA IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL**

### **1.1 – O CONTEXTO DE ORIGEM**

De colônia mais rica a país mais pobre das Américas, o Haiti possui uma história de formação social, política e econômica bastante particular que, em convergência com situações de desastres socioambientais, têm reforçado os fatores de configuração de uma diáspora (JACKSON, 2013). Os regimes escravocratas, as ditaduras militares e as intervenções

internacionais, conduzidos por colonizadores e imperialistas, instauraram caos político, espoliação, extorsão, violência e um profundo abismo entre o Estado e a população local (HALLWARD, 2006), cuja consequência direta tem sido a fuga e a dispersão de nacionais haitianos pelo mundo.

Em pesquisa recente sobre o tema, Handerson (2015) explica que desde a década de 1990, a chamada “diáspora haitiana” se converteu em objeto de inúmeros estudos, assim como o emprego do termo se generalizou no que ele considera espaço “(trans) nacional haitiano”, em especial no discurso político. Sobre isso, o Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE, sigla em francês) indica que aproximadamente entre 4 a 5 milhões de haitianos estão dispersos pelo mundo, a maior parte nos Estados Unidos, França, Canadá e Caribe. Considerando que o Institut Haitien de Statistique et d’Informatique (IHSI), em 2013, estimou a população haitiana em 10.413.211, o número de residentes fora do país chega a representar a metade do total, dos quais cerca de 300 mil realizam visitas anuais ao país, nos períodos festivos e de férias (HANDERSON, 2015, p. 41-42).

Desde 2004, o Haiti vem sendo conduzido oficialmente por instituições internacionais, lideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU). No plano econômico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) definiu as estratégias de curto e médio prazos, investindo milhões de dólares em projetos de zonas francas. Essa incisiva atuação das forças internacionais foi fortalecida pela concepção e atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que corresponde à oitava missão da ONU no país, definida para atuar por seis meses, a partir de junho de 2004, mas que vem sendo continuamente ampliada, sob liderança do Exército Brasileiro (CARREIRO, 2009; KÜHN, 2006).

No curso das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte dos países da periferia capitalista que tendem a restaurar padrões coloniais de exploração, e perante

os profundos atrasos na reconstrução do país, a Minustah tem sido criticada por viabilizar as condições necessárias para que a política imperialista seja reforçada no Haiti (HARVEY, 2004; SEGUY, 2010). O acirramento desse contexto aconteceu após o sismo de 12 de janeiro de 2010, que deixou 240 mil mortos, aproximadamente 1,5 milhão de desabrigados, reduziu a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, e foi sucedido por grave epidemia de cólera (GOMBATA, 2014; FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014).

Para além da ação humanitária e da missão de paz que divulgam promover, discurso que foi revigorado após o terremoto, as tropas militares têm provido serviços de segurança para possibilitar condições de atuação privada e de cooperação governamental, isto é, assegurando a implantação do projeto neoliberal debaixo de armas no país (COGGIOLA, 2010). Ao impedir a organização social e sindical, a presença militar protege os interesses das organizações e empresas internacionais atuantes hoje no país, dentre as quais estão as brasileiras do setor têxtil, construção civil e agroindústria (CHOSSUDOVSKY, 2013). Com a promessa de reconstrução econômica e social com geração de empregos, conduzem uma política para transformar o Haiti em um território composto por zonas francas controladas por maquiladoras, que pagam, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004; SEGUY, 2014).

Decorridos mais de dez anos de ações da Minustah e quatro anos de ajuda humanitária no pós-terremoto, estima-se que 80% da população continuem vivendo abaixo da linha da pobreza e mais de 170 mil pessoas ainda estejam alojadas em tendas dispostas em acampamentos a céu aberto (FRESNILLO, 2014). Assim, o modo de existência capitalista expõe as suas faces mais perversas no Haiti, onde o desemprego atinge de 70 a 80% da população, mais de 70% da população ainda vive com menos de 2,0 dólares por dia, o analfabetismo alcança entre 50% e 60% das pessoas, a ausência de água e esgoto nas casas favorece a constante

disseminação de doenças, o limitado sistema elétrico abastece poucas moradias e é frequentemente cortado, os moradores andam longos percursos porque não dispõem de recursos para custear transporte, a maior parte dos habitantes não existe oficialmente por não possuir documentação (ALMEIDA, 2010; BRITO, 2009; COGGIOLA, 2010; MAMED; LIMA, 2015).

Diante desse quadro de profunda crise social, a população haitiana vem sendo impulsionada ou mesmo forçada a deixar o seu país em busca de melhores condições de vida. Nesse processo, em virtude das dificuldades para acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. As parcerias que o governo, organizações não governamentais e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004, concorrem fundamentalmente para esse direcionamento. O Brasil se tornou atrativo para os haitianos justamente a partir da liderança da Minustah, reforçada pela presença de brasileiros que atuam de modo contundente na ilha, compartilhando com a população local referências e símbolos socioculturais (MAMED; LIMA, 2015).

Dessa forma, ainda que não fosse o destino preferencial, o Brasil passou a ocupar posição central no fluxo de migração haitiano e a presença deles no país ampliou-se continuamente após 2010. Conforme os dados oficiais do Governo do Estado do Acre, em um período de cinco anos, até dezembro de 2015, contabilizou-se a passagem de 43.558 imigrantes pelo abrigo público do Acre, dos quais 37.864 eram haitianos (SEDS; SEJUDH, 2015). Já de acordo com dados parciais da Polícia Federal brasileira, 39 mil haitianos entraram no país de 2010 até setembro de 2014, tanto pela via considerada legal como pela ilegal (AGÊNCIA..., 2014).

Ao mesmo tempo em que o Brasil se tornou um dos destinos mais procurados pelos haitianos (FERNANDES, 2014; CAVALCANTI et al., 2014; 2015), em 2013 esse grupo

passou a ser a principal nacionalidade estrangeira no mercado formal de trabalho do país, com 14.579 pessoas, superando os portugueses, posição que foi reconfirmada em 2014, com 17.577. Trata-se do primeiro fluxo significativo de estrangeiros para o Brasil desde 1930, uma vez que o país permaneceu longo tempo sem renovação, pois o Censo de 2000 apontou que 38,4% dos imigrantes residentes no país apresentavam, à época da coleta de dados, mais de 65 anos (CAVALCANTI et al., 2014; 2015; MONTEIRO, 2015).

O fluxo regular de haitianos para o Brasil, entrando pelo Acre, data de dezembro de 2010, ao final do mesmo ano em que ocorreu o sismo, com intensificação registrada no período de 2011 a 2014. Nesse momento, o anseio de escapar das restrições econômicas e sociais imperativas do Haiti conjugou-se com um cenário favorável no Brasil. De acordo com a morfologia social do trabalho no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2006, 2013, 2014) e conforme o quadro atual de migrações internacionais com referência ao Brasil (BAENINGER; ANTICO, 1996; PATARRA, 2006), desde a década de 1980, o ingresso de estrangeiros no país tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades e em diversas circunstâncias.

## 1.2 – A VIAGEM MIGRATÓRIA E A ROTA PELO ACRE

Nas duas primeiras visitas de campo desta pesquisa, em junho e setembro de 2013, percebeu-se que um dos temas mais complexos de abordar em uma conversa ou entrevista com o imigrante haitiano era o referente à rota percorrida até o Brasil. Havia notável receio da parte deles em falar sobre a organização da viagem, os agentes contratados, os pagamentos realizados e a experiência da trajetória em si. Em alguns casos, quando decidiam comentar sobre o assunto, observou-se que as explicações eram pactuadas pelo grupo antes da exposição ao interlocutor. O

<sup>4</sup> Há uma distinção entre “tráfico de pessoas” e “contrabando de migrantes” estabelecida por protocolos específicos que complementam a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada no Brasil no ano de 2004. De modo geral, o contrabando de migrantes, mesmo em condições perigosas e degradantes, envolve o conhecimento e o consentimento da pessoa contrabandeada sobre o ato criminoso. Já no tráfico de pessoas, o consentimento da vítima é irrelevante para que a ação seja caracterizada como tráfico ou exploração de seres humanos, pois ele é, na maioria dos casos, obtido sob malogro. O contrabando termina com a chegada do migrante em seu destino, ao passo que o tráfico envolve, após a chegada, a exploração da vítima pelos traficantes, para obtenção de algum benefício ou lucro, por meio da exploração (ESCRITÓRIO..., 2016). Para o caso específico do fluxo de haitianos analisado por esta pesquisa, não há um consenso oficial quanto a qualificação da rede que o viabilizou. Em um exercício de aproximação para descrição e explicação do fenômeno, a pesquisa tem optado pela adoção da terminologia contrabando de migrantes. A título de exemplificação, registra-se que o tráfico de pessoas é o terceiro negócio ilegal mais lucrativo do mundo, ficando atrás dos referentes a drogas e armas. Estimativas indicam que a cada ano ele movimentava cerca de US\$ 32 bilhões e faz ->

silenciamento e a combinação de respostas refletiam, em grande medida, o temor de possíveis retaliações por parte das redes que controlam a viagem migratória pela rota latino-americana. (MAMED; LIMA, 2014b).

Mesmo assim, ao longo do processo de investigação, com o cruzamento de dados de fontes secundárias, maior proximidade dos imigrantes e o conhecimento aprofundado de histórias de vida, as características e especificidades da viagem até o Brasil foram sendo reveladas. A quase totalidade dos que chegaram ao país através do Acre era indocumentada e vítima das redes compostas por informantes, aliciadores e coiotes. Os agentes eram, em geral, equatorianos, peruanos e brasileiros, incluindo também os próprios haitianos, que atuavam estrategicamente nos diversos países e localidades por onde se estabelecia a rota<sup>4</sup>. O deslocamento de imigrantes normalmente incluía viagens de barco ou avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem de carro ou ônibus até o Peru, país de acesso aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre. Até 2013, foram consolidadas duas principais rotas de entrada de haitianos no Brasil, sendo uma pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, e outra por Assis Brasil, no Acre.

Na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, a cidade de Tabatinga possui cerca de 50 mil habitantes e representou uma das portas de entrada dos haitianos, mas de fluxo variável e menor. Esse caminho era especialmente difícil pela disposição geográfica, distância da cidade em relação a capital do estado e a ausência de serviços de assistência e proteção por parte do poder público e de organizações não governamentais. Com exceção de ações paliativas da Pastoral da Mobilidade Humana (Igreja Católica local), não existiam dispositivos de assistência para os imigrantes (SILVA, P. 2014; VÉRAN et al., 2014), o que tornou inconstante o uso dessa rota, praticamente inutilizada nos últimos dois anos.

Na região da Amazônia Sul Ocidental, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, a cidade acreana de Assis Brasil foi o

palco do fluxo mais constante e consolidado, sendo a principal porta de entrada de haitianos no país no período de 2010 a 2015. O eixo estrutural dessa rota é a Interoceânica, estrada binacional que assegura a ligação terrestre do oceano Pacífico, no litoral sul do Peru, ao oceano Atlântico, no noroeste brasileiro, através do estado do Acre<sup>5</sup>, especificamente pelas cidades acreanas de Assis Brasil, Brasileia e Etipaciolândia. A construção da rodovia teve início em 2002 e ela passou a funcionar plenamente em dezembro de 2010, mas sua inauguração oficial ocorreu apenas em julho de 2011. A concretização da obra viabilizou, portanto, a chegada dos primeiros grupos de haitianos ao Acre, ao final do ano de 2010.

De acordo com o que a maioria dos entrevistados relatou à pesquisa, os imigrantes partiam da capital haitiana, Porto Príncipe, e seguiam de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana, que fica na mesma ilha. Nesse local compravam passagem de avião até o Panamá. Da Cidade do Panamá, eles prosseguiram de avião para Quito ou Guayaquil, as duas maiores cidades equatorianas. Ao desembarcarem no Equador, passavam pelo serviço de fiscalização do aeroporto como turistas, se reorganizavam durante alguns dias e seguiam em viagem para Lima, em ônibus ou veículo fretado, inclusive, segundo alguns relatos, com trechos percorridos a pé e a nado. Nesse percurso, eles evitavam, por exemplo, a zona urbana da cidade peruana de Tumbes, na fronteira entre Equador e Peru, onde há o serviço policial de migração dos dois países. Para tanto, os coites conduziam os grupos de imigrantes por rotas alternativas até o ingresso em território peruano.

Já no Peru, passavam pelas cidades de Mâncora, Talara, Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Huaraz, até chegarem a Lima, em viagem terrestre com duração, em média, de 25 a 30 horas. Na capital peruana também havia uma reorganização da viagem durante alguns dias, mas logo ela seguia por via terrestre, pela Interoceânica, responsável pela ligação do Peru com o Brasil. Partindo de Lima, passavam por Cusco e chegavam a Puerto Maldonado, após 25 horas de viagem, aproximadamente. Nessa

-> pelo menos um milhão de novas vítimas. Esse tipo de negócio possui diversas finalidades, todas envolvendo violações de direitos humanos, podendo estar ligado à superexploração dos trabalhos rural, urbano e doméstico, à escravidão contemporânea, ao comércio de órgãos, aos casamentos forçados, à adoção ilegal de crianças, mas a sua forma mais comum permanece sendo a exploração sexual (REPÓRTER Brasil, 2012). Por fim, é importante ressaltar que no debate sobre migração, estudos questionam a predominante utilização da linguagem do tráfico em substituição à perspectiva de direitos, alertando que o paradoxo da “luta antitráfico” é o impedimento ao direito fundamental à livre circulação, em nome da proteção das “potenciais vítimas” (DIAS; SPRANDEL, 2012, p. 40).

<sup>5</sup> A estrada é um dos grandes projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Foi custeada por organismos financeiros internacionais, tendo por objetivos principais o escoamento de *commodities* agrícolas e minerais pelo Pacífico, com vistas ao mercado asiático; a construção de uma rede de infraestrutura entre a Amazônia e o Pacífico, para o abastecimento dos centros industriais; e a diminuição e a flexibilização das fronteiras para a integração econômica internacional, com foco no livre mercado. Sobre os interesses do capital, viabilizados pela IIRSA na Amazônia, consultar Cunha e Cunha (2008) e Iberê (2015), e para

conhecimento da importância infraestrutural da Interoceânica como corredor de exportações e da mercadoria força de trabalho, consultar Paula (2013).

<sup>6</sup> Como parte das atividades de campo, a pesquisadora realizou a viagem entre as cidades de Quito (Equador) e Assis Brasil (Brasil) no período de 15 a 20 de março de 2015, oportunidade em que foi possível vivenciar e observar o percurso indicado como mais longo e perigoso pelos imigrantes com destino ao Brasil. O material coletado nessa atividade de campo é especialmente importante por revelar a dinâmica do fluxo migratório, a organização das redes e as múltiplas rotas percorridas pelos países de trânsito – no caso, Equador e Peru e, em alguns casos, a Bolívia –, até a chegada ao Brasil.

<sup>7</sup> Embora seja difícil sustentar uma avaliação precisa sobre a movimentação financeira do negócio, por um lado pesquisadores que acompanharam os desdobramentos da questão na Amazônia estimam, desde 2010, aproximadamente R\$ 6 bilhões em pagamentos à rede de contrabando e corrupção estruturada com o movimento migratório (ARRUDA, 2014); por outro, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) mensura que os valores pagos sejam da ordem de US\$ 60 milhões (MACHADO, 2015).

cidade, os coiotes definiam o prosseguimento em táxi ou em carros alugados, que levavam os imigrantes, por mais 4 horas, até Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil, a primeira em território brasileiro<sup>6</sup>.

No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigiam até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco. Ao todo, a viagem do Haiti ao Brasil tinha uma duração média de 15 a 20 dias, podendo, em alguns casos, se estender até mais de um mês (MAMED; LIMA, 2014a).

Do Haiti ao Brasil, os imigrantes pagavam, em média, de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos até o Acre. O trecho da viagem pelo território peruano, além de ser o mais longo, também aparece indicado pelos entrevistados como o mais perigoso, em razão das práticas de extorsão contra os imigrantes. De acordo com inúmeros relatos e denúncias, agentes da polícia peruana, associados a informantes, coiotes e motoristas, integravam essa rede de contrabando e corrupção, assegurando a dinâmica migratória pela região<sup>7</sup>. Em relatos mais pontuais sobre a viagem, imigrantes lembraram que nesse trecho muitos se tornam vítima de roubo, cárcere, espancamentos, estupro e até mortes, situação que era agravada pelo desconhecimento da rota, do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados. Assim, ao chegarem ao Acre, muitos apresentavam problemas de

saúde decorrentes da longa viagem e estavam psicologicamente transtornados pela violência sofrida no caminho (FERRAZ, 2014; MACHADO, 2012; MAMED; LIMA, 2014a).

### 1.3 – O PERFIL DO IMIGRANTE

De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Seds) e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) do Acre, responsáveis pelo atendimento aos estrangeiros que ingressam por aquele estado no país, nos anos de 2010, 2011 e 2012, os números foram de 37, 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número foi exacerbado nos anos de 2013 e 2014, quando 10.779 e 14.333, respectivamente, chegaram até a região. A tendência de crescimento continuou até meados de 2015, mas desde então os números de entrada diminuíram e o ano fechou com o registro da passagem de 9.315 pessoas pela fronteira acreana. Somando-se os imigrantes de outras nacionalidades que chegam pela mesma rota, o número total é de 43.558 (SEDS; SEJUDH, 2015).

Até o ano de 2012, os grupos que chegavam ao Acre eram compostos, em sua quase totalidade, por haitianos homens e jovens, com idade entre 20 e 35 anos, e não havia tanta regularidade no fluxo. Entretanto, de 2012 a 2015, os grupos se diversificaram e apresentavam, além de homens, mulheres (com filhos e/ou gestantes), crianças, adolescentes, pessoas mais velhas (acima de 40 anos) e famílias<sup>8</sup>. Eles também assumiram uma regularidade, com a chegada média de 30 a 50 imigrantes por dia ao acampamento sediado em Brasileia e Rio Branco, conforme foi observado durante as visitas de campo nos anos de 2013, 2014 e 2015. De modo geral, o público recebido e abrigado nesse período era composto de 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças.

Conforme as histórias de vida relatadas à pesquisa, os homens chegaram ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegeu um membro jovem para tentar trabalhar

<sup>8</sup> Durante o campo, a pesquisa registrou inúmeros casos de crianças e adolescentes que chegaram ao Acre nesses grupos sem os pais, acompanhadas por alguém que se declarava “parente”. De acordo com a legislação brasileira, visando à proteção dos menores, o processo de acolhimento e documentação deles era diferenciado. Eles ficavam sob a proteção do Conselho Tutelar e da Justiça Infanto-Juvenil, que analisava os documentos apresentados e só os liberavam após a comprovação dos laços familiares e da concessão de um termo de responsabilidade legal ao acompanhante. Da mesma forma, a pesquisa também registrou casos de crianças desacompanhadas, que demandavam ainda mais atenção, pois elas só eram autorizadas a seguir viagem quando algum familiar comprovado comparecesse e se responsabilizasse pelo menor. Dentre essas histórias, a de maior repercussão foi a de um adolescente haitiano, de 14 anos, que havia chegado ao Acre como vítima de contrabando de migrantes e foi apreendido pela Polícia Federal, em abril de 2013, tentando embarcar no aeroporto de Rio Branco (AC) com destino a Macapá (AP), sozinho e sem documentos. Por ordem judicial, ele permaneceu em um abrigo público de menores por mais de um ano, aguardando que algum familiar pudesse vir ao Brasil resgatá-lo. Segundo as autoridades locais, essas situações recobravam especial cuidado porque a ABIN, ->

-> por meio de um relatório divulgado em 2011, atestou a existência de uma rota de tráfico de crianças do Haiti para o Estado do Amazonas, passando pela Colômbia (REPÓRTER..., 2012).

<sup>9</sup> As remessas correspondem à fração dos salários dos trabalhadores imigrantes que é enviada aos parentes que ficaram no país de origem. Estudos indicam uma proporcionalidade direta entre o volume do fluxo migratório e o valor total das remessas, de modo que, quanto maior for o contingente migratório, maiores serão elas. No caso do Haiti, as remessas dos imigrantes superam as exportações haitianas, sendo ele o oitavo país mais dependente de remessas externas do mundo, algo que representa entre 20 e 25% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Mais de um terço da população adulta do país recebe remessas regulares, sendo a maior parte proveniente dos Estados Unidos. Com a intensificação da imigração após o sismo de 2010, dados do BID indicam que o volume delas apresenta-se em crescimento: em 2010 era de apenas US\$ 1,3 bilhão; em 2011, foi de quase US\$ 2,1 bilhões; em 2012, alcançou US\$ 1,82 bilhões (CEPAL, 2006; MALDONADO; BAJUK; HAYEM, 2012; SÓNEGO, 2012).

e estudar no país, e posteriormente ser capaz de receber os outros parentes. Por sua vez, as mulheres, acompanhadas ou não dos filhos, na maioria dos casos, chegaram com a expectativa de ir à cidade na qual seus parentes ou companheiros já estavam trabalhando no Brasil. Vários são os mecanismos utilizados pelos imigrantes para reunir os recursos financeiros destinados ao pagamento da viagem e do serviço das redes: i) a família solicita ajuda financeira dos parentes que moram fora do país, como Estados Unidos, França ou já no Brasil; ii) outra possibilidade é a busca de recursos por meio da venda do que existe de bens na família (residência ou propriedade rural, por exemplo), ou do financiamento, com a hipoteca desse eventual bem; iii) em muitos casos também recorrem a empréstimos com redes de agiotagem.

Independente da forma utilizada, o fato é que o imigrante haitiano chegava ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal. É importante pontuar que o Estado haitiano torna-se diretamente favorecido, em virtude do importante fluxo econômico de remessas<sup>9</sup> enviadas pelos nacionais que saem do país aos seus parentes no Haiti (MAMED; LIMA; 2015).

A consolidação da rota migratória inaugurada pelos haitianos até o Acre favoreceu a chegada de imigrantes de outros países ao acampamento público montado na região. Os dados do governo acreano indicam que 17 diferentes nacionalidades, além do Haiti, possuem registro de passagem pelo estado: Bahamas (01), Bangladesh (03), Colômbia (22), Costa do Marfim (01), Cuba (09), Equador (05), França (02), Gâmbia (14), Gana (10), Mauritânia (01), Namíbia (01), Nigéria (14), República Dominicana (410), República dos Camarões (03), Senegal (5.196), Serra Leoa (01) e Togo (01) (SEDS; SEJUDH, 2015).

Em todas as conversas e entrevistas mantidas pela pesquisa com esses imigrantes, eles evidenciaram ter realizado a viagem

a partir do contato com as redes. Dentre eles se destacam os advindos do continente africano, especialmente os senegaleses, cujo número cresceu de modo considerável a partir de 2013, fazendo desse o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre<sup>10</sup>. Entretanto, embora a chegada à região seja, em grande parte, pela mesma rota entre Equador, Peru e Brasil, e todos sejam recebidos igualmente no acampamento de imigrantes, a convivência entre eles nem sempre era cordial e solidária.

A partir do material coletado em campo e com base em uma primeira avaliação do governo federal sobre o perfil do estrangeiro que ingressou pelo Acre<sup>11</sup>, além dos dados revelados por recente pesquisa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Organização Internacional para a Migração (OIM) sobre os haitianos no Brasil<sup>12</sup>, é importante observar algumas mudanças com relação ao perfil desses imigrantes, processadas ao longo dos últimos cinco anos.

No primeiro ano do fluxo, embora apresentassem uma origem familiar rural, eles provinham, na maioria dos casos, das áreas urbanas e mediações da cidade de Porto Príncipe, epicentro do terremoto de 2010. No entanto, nos últimos quatro anos, o perfil do imigrante haitiano se diversificou e ao Acre chegaram pessoas das mais diferentes cidades e regiões do país, muitas declaradas de origem rural e não afetadas pelo sismo. Também é importante registrar que boa parcela dos haitianos que chegaram ao Brasil declarava viver e trabalhar na República Dominicana, onde são comuns os casos de racismo e privação de direitos praticados contra eles. Alguns deles nasceram na própria República Dominicana, tendo ascendência haitiana.

A situação desse grupo é especialmente preocupante em razão da decisão do Tribunal Constitucional dominicano, que em 2013 suspendeu a nacionalidade de todos aqueles nascidos a partir de 1929 em país estrangeiro e que não sejam capazes de comprovar sua condição migratória regular. A Anistia Internacional informa que a medida já teria resultado na perda da nacionalidade

<sup>10</sup> Sobre a rota percorrida por esses imigrantes, eles informam em suas entrevistas um percurso que inicia de avião, em Dakar, capital senegalesa, realiza escala em Madri, na Espanha, e prossegue para o Equador. Ao chegarem a Quito, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, via Interoceânica. Os senegaleses justificam a vinda ao Brasil em razão das oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo e pelas Olimpíadas, pela demanda de força de trabalho muçulmana na indústria da carne de segmento halal e pela facilidade da rota, além das experiências de compatriotas que já se consolidaram em cidades brasileiras (MACHADO, 2014; MAMED; LIMA, 2015).

<sup>11</sup> Trata-se de uma aferição empírica promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) sobre a situação dos migrantes e/ou solicitantes de refúgio no Acre (SDH/PR, 2014). As informações coletadas estão reunidas no documento "Resultado da Aplicação do Questionário sobre a Situação dos/as Migrantes e/ou Solicitantes de Refúgio no Abrigo de Brasília/AC", disponibilizado em março de 2014. A ação envolveu a aplicação de 412 questionários no período de 30.10.2013 a 02.11.2013, no acampamento público de imigrantes existente à época na cidade de Brasília (AC).

<sup>12</sup> Refere-se ao relatório da fase brasileira da pesquisa "Migração dos Haitianos ao Brasil e Diálogo Bilateral", ->

-> divulgado oficialmente em fevereiro de 2014, fruto da parceria entre o CNIg e a OIM (FERNANDES, 2014). O relatório é parte de um esforço maior, que visou conhecer o processo de migração dos haitianos em direção ao Brasil, incluindo levantamentos no Haiti, Bolívia, Equador e Peru, para identificar as condições dos imigrantes no país de origem e naqueles por onde é feito o trajeto.

dominicana de mais de 250 mil pessoas, a maioria de haitianos, que passaram à condição de apátridas. O governo vem negando o documento de identidade aos dominicanos de família haitiana desde 2007, privando essas pessoas de trabalharem, casarem, votarem e ingressarem na escola (MAIS..., 2014). Diante desse contexto, muitos haitianos se viram sem a possibilidade de seguir para o Haiti, país no qual muitos nunca estiveram e onde não vislumbram expectativas, e decidiram seguir para o Brasil.

Com relação à escolaridade e à formação profissional dos imigrantes, no primeiro ano de fluxo pela fronteira acreana, muitos declaravam possuir experiência laboral e formação equivalente ao ensino superior e a pós-graduação no Brasil. Contudo, nos últimos quatro anos sobressaíram entre eles a característica da reduzida escolaridade, equivalente aos ensinos fundamental e ao médio brasileiros, e casos de analfabetismo. Do ponto de vista da experiência e das habilidades profissionais, a maioria informou conhecer atividades agrícolas e já ter atuado na construção civil e no comércio informal (MAMED; LIMA, 2014a).

## 2 – A PASSAGEM PELO ACRE

### 2.1 – O ACAMPAMENTO PÚBLICO DE IMIGRANTES

Ao chegarem ao Acre, debilitados após dias de viagem, sem perspectiva de ocupação na região e sem dinheiro para prosseguir até os grandes centros do país, os imigrantes eram acolhidos por um complexo de serviços do Estado, estruturado em parceria pelos governos estadual e federal. O núcleo disso era o local que servia de acampamento aos imigrantes e passou por vários endereços na região de fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia, nas cidades gêmeas de Brasileia e Epitaciolândia (a 230 km da capital Rio Branco), pois precisou ser cada vez maior em

razão da demanda de estrangeiros recebidos. Em abril de 2014, o acampamento foi transferido para a capital acreana, onde funcionou temporariamente, por cerca de dois meses, em um parque de exposições e depois foi instalado oficialmente em uma chácara.

Na região de fronteira, o lugar onde permaneceu por mais tempo, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, o acampamento funcionava em condições improvisadas e insalubres, reveladoras da condição de precarização a que se submetiam os estrangeiros que adentravam no Brasil pelas fronteiras amazônicas. Espaço de atenção primordial das visitas de campo, o acampamento em si denunciava a dramática situação dos imigrantes do século XXI, similar à dos imigrantes irlandeses e escoceses na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 2008). Tratava-se de um galpão abandonado que fora adaptado para recebê-los na cidade de Brasileia. Em localização central, ladeado pelo Batalhão da Polícia Militar e pela sede do Ministério Público da comarca, próximo à rodoviária e aos principais serviços da cidade, o acampamento era alvo constante de reclamações e denúncias sobre a situação degradante em que se encontravam as centenas de imigrantes abrigados.

Por muito tempo, o local possuía apenas alguns poucos banheiros químicos, que, sem manutenção, exalavam mau cheiro à proporção que a temperatura se elevava na região. Com o agravamento da situação, o poder público era questionado por diversos setores da sociedade civil. Aos poucos algumas medidas governamentais de melhorias na infraestrutura foram introduzidas, com a colocação de reservatórios de água para beber e a construção de banheiros com chuveiros na parte externa. Em campo, outras situações observadas também evidenciavam a violação de direitos fundamentais, como o acesso a um lugar digno para descanso e à privacidade, uma vez que homens, mulheres, adolescentes e crianças dormiam juntos em

colchonetes dispostos pelo chão, sem nada para protegê-los do vento frio da madrugada, além da poeira, de insetos e roedores que invadiam o espaço.

A permanência diária no local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para apenas 200 ou no máximo 300. Já no acampamento da capital, dotado de ampla infraestrutura para o acolhimento, a pesquisa acompanhou o esforço institucional para que o número de abrigados não ultrapassasse o limite de 200 pessoas, meta que se buscava atingir com a organização de viagens de grupos, em ônibus fretados, que saíam diariamente do abrigo de Rio Branco com destino às cidades do Centro-Sul, como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Contudo, em dezembro de 2014, a tendência de superlotação do acampamento voltou a ser uma constante e em março e abril de 2015, com a suspensão do serviço de ônibus, o contingente de abrigados oscilou entre 700 e 1000 pessoas.

Até a finalização da pesquisa de campo no Acre, em dezembro de 2015, o lugar que serviu de acampamento aos imigrantes era uma chácara privada de cinco hectares, na área de proteção ambiental Irineu Serra, a 10 km de distância do centro de Rio Branco. Possuía piscina, campo de futebol, quadra de esportes, parque, salões grandes, açude, além de mais de 20 apartamentos. Com essa estrutura, o espaço superava os anteriores, mas essa condição era suplantada pelos problemas decorrentes de um cenário de superlotação, como falta de água para beber, fossas e vasos sanitários entupidos, colchões velhos e sujos, espaço deteriorado e insuficiente para acomodar o fluxo intermitente. A situação de crise era reconhecida pelo próprio governo, que a qualificou como “drama humanitário de imigração”. Em março de 2015, alegando estar endividado com os pagamentos do aluguel do espaço e dos ônibus fretados, e sem condições de prosseguir com o serviço de acolhimento, o governo acreano solicitou que o governo federal assumisse a questão, sob a alegação de que a matéria migratória no país é de competência da instância federal (MACHADO, 2015).

Em todos os locais que serviram de acomodação aos imigrantes, o improvisado era uma das características mais notáveis, agravada pela tendência de superlotação. O momento das refeições era especialmente ilustrativo do contexto de sobrelevado aviltamento da condição dos imigrantes. Embora as equipes encarregadas da gestão do local procurassem organizar a distribuição das refeições, com adoção de um cartão de controle e ordenação de filas, essa era uma ocasião de tensão no cotidiano do acampamento, pois a superlotação ensejava demora e temor pela falta de alimentos. As quentinhas eram servidas sem a distribuição de talheres, razão pela qual os imigrantes transformavam a tampa do marmiteix em uma espécie de espátula para manipular a comida, quando não acabavam comendo com as próprias mãos.

A disposição de desgastados colchões diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comida, poeira, acúmulo de água e animais, sempre foi o cenário predominante. Ainda que se tentasse organizar o local, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda ante uma estrutura limitada, onde não havia distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, fazia com que esses ambientes logo se tornassem insalubres e fétidos, propícios à proliferação de doenças. Associava-se a isso a sobrecarga térmica da região amazônica, fazendo com que diarreias, resfriados e demais patologias virais fossem as principais queixas dos imigrantes (MAMED; LIMA, 2014b).

Conforme indicado anteriormente, a responsabilidade pelo atendimento aos imigrantes no Acre foi assumida integralmente pelo governo estadual, política realizada em parceria financeira com o governo federal, a despeito de algumas iniciativas de associações e entidades religiosas que os ajudaram nos anos de 2010 e 2011. De modo absolutamente diferente, no Estado do Amazonas, o ônus da recepção e acolhida ficou por conta da sociedade civil que, por meio da Pastoral do Migrante, gerenciou a questão, tanto na cidade de Tabatinga como em Manaus.

Como parte da política de acolhimento desenvolvida no Acre, aos imigrantes eram assegurados gratuitamente acomodação, três refeições diárias e orientação. Na própria sede do acampamento havia uma estrutura mínima de serviços, que tanto prestava informações, como organizava e monitorava o espaço. Quando adentravam a fronteira brasileira, eles já se encaminhavam para esse endereço, onde eram recebidos e cadastrados pela coordenação do local, por meio de uma ficha de identificação, que coletava dados sobre seus documentos, procedência, saúde, escolaridade, profissão, destino no Brasil, entre outras informações.

Depois disso, eles recebiam as instruções sobre o procedimento de regularização da sua situação e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil. A documentação, via de regra, ficava pronta em um prazo de 5 a 20 dias, tornando-os aptos a trabalhar e seguir viagem. Durante os 10 períodos de observação realizados nos acampamentos, a pesquisa registrou que, mesmo com a documentação em mãos, a maior parte deles permanecia no local aguardando o dia da viagem nos ônibus fretados pelo governo, ou a chegada de empresas que os recrutavam para levar ao Centro-Sul do país. Eventualmente, quando conseguiam receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estavam trabalhando em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizavam a saída do Acre.

No espaço do acampamento, a convivência entre diferentes nacionalidades, principalmente nos momentos de superlotação, sempre exigiu atenção redobrada da administração, que em algumas ocasiões chegava a requisitar reforço policial para o interior do local. Os grupos se mantinham distanciados, inclusive fisicamente. Os caribenhos e latinos ocupavam as áreas mais coletivas, ao passo que os africanos, principalmente os senegaleses, definiam no local um território específico para o seu grupo. Havia diferenças econômicas, culturais e religiosas

entre eles e, conforme já pontuado, quando a lotação do abrigo era excessiva, a tensão se tornava mais notável. O receio pela falta de água, comida, espaço e atenção gerava constantes tumultos e desentendimentos na fila do atendimento administrativo ou da distribuição de alimentos. A própria concorrência por vagas de trabalho, quando empresas visitavam o acampamento, ou por vagas nos ônibus que os transportavam, afligiam os imigrantes e os colocavam em disputa entre si.

## 2.2 – O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Mesmo considerando que a viagem subsidiada pelas redes era dispendiosa, longa e perigosa, em entrevistas, os imigrantes explicavam que essa era a melhor estratégia para conseguir ingressar no Brasil, com a certeza de serem documentados ao chegarem ao Acre e sem riscos de deportação. Segundo eles, o processo para aquisição de visto regular na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe era burocrático e demorado, sem oferecer garantias de que seria positivo, pois era exigida a apresentação de uma série de documentos que eles não conseguiam cumprir, como atestado de antecedentes criminais, nível de escolaridade e experiência profissional. Além disso, eles relatavam a existência de redes de corrupção no órgão, com a venda de lugares nas filas de serviços e cobranças de altos valores para emissão facilitada do visto. Desse modo, ao chegarem à fronteira brasileira na condição de indocumentados, todos eram oficialmente solicitantes de refúgio, por orientação do próprio governo brasileiro, que, após análise dos pedidos, negava a concessão dessa condição a eles.

No caso da comunidade haitiana, a política migratória brasileira atuava de modo bastante específico, com base na Resolução nº 97/2012, do CNIg, órgão do MTE. Mediante o pedido de refúgio feito na Polícia Federal, essa norma assegurava a eles a concessão de um visto especial de residência por questões humanitárias, com validade de cinco anos, podendo ser renovado se provada a condição trabalhista regular no país

<sup>13</sup> No acampamento de imigrantes sediado em Rio Branco, em abril de 2015, entrevistados relataram situações típicas de conflito entre os abrigados: haitianos furtavam passaportes de outros compatriotas para vendê-los aos senegaleses, que possuíam grande interesse e recursos financeiros para a compra desses documentos. Com isso, senegaleses tentavam se passar por haitianos e conseguir regularizar sua documentação com mais brevidade.

<sup>14</sup> No Brasil, de acordo com a Lei 9.474/1997, o refúgio é concedido quando o estrangeiro comprova que sofreu perseguição política, étnica ou religiosa no país de origem. Assim, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, entende que a situação dos haitianos indocumentados que chegam ao país pelo Acre não se coaduna com as exigências normativas para concessão de refúgio. O problema passou então para a apreciação do CNIg, responsável pelas políticas nacionais de migração, que concede aos haitianos o visto humanitário. Posteriormente, diante da nova situação imposta pela chegada de imigrantes indocumentados de outras nacionalidades, são concedidos a eles vistos provisórios com permissão para o trabalho, até que o Conare avalie a pertinência da solicitação de refúgio.

(BRASIL, 2012). Assim, os haitianos passavam a contar com mais celeridade na regularização da sua situação e com o protocolo do pedido de refúgio humanitário em mãos, podiam fazer a retirada do Cadastro de Pessoa Física (CPF) na Receita Federal ou nos Correios, assim como a Carteira de Trabalho e Previdência Social, em até uma semana.

Por sua vez, os imigrantes de outras nacionalidades também faziam solicitação de refúgio, mas como eles não contavam com o mesmo amparo dado aos haitianos, que assegurava o visto automático, os seus processos seguiam o trâmite convencional da polícia, durando cerca de 10 a 20 dias para que eles tivessem acesso ao protocolo do pedido e pudessem dar prosseguimento à retirada dos outros documentos. Assim, além das diferenças econômicas, culturais e religiosas bem demarcadas entre os grupos, havia um fator de ordem política que distinguia os haitianos dos demais, contribuindo para o acirramento das relações entre os imigrantes<sup>13</sup>.

O documento chamado de “visto de permanência provisória por motivos humanitários” recebido pelos haitianos, ainda que garanta certa agilidade no trâmite burocrático, tende a mantê-los em uma condição de provisoriedade e precariedade. Esse arranjo legal da política brasileira evita a deportação dos imigrantes que chegam ao país, dado que a lei proíbe a deportação de solicitantes de refúgio durante o período de tramitação do pedido. Da mesma forma, os imigrantes de outras nacionalidades, por também serem solicitantes de refúgio, não são deportados, mas obtêm o visto provisório com permissão para trabalhar, que é prorrogado de seis em seis meses até uma decisão final sobre o pedido de refúgio<sup>14</sup>. Essas circunstâncias questionam, portanto, o discurso humanitário do governo federal, que recebe, abriga e documenta os imigrantes para que eles possam se inserir no universo laboral, mas não assegura a permanência e a proteção definitivas deles como trabalhadores e cidadãos no país.

### 2.3 – ASPECTOS DO RECRUTAMENTO E DA CONTRATAÇÃO DE IMIGRANTES

Conforme os registros do governo do Acre e do acompanhamento realizado em campo durante a pesquisa, nos cinco anos de atendimento prestado aos imigrantes, inúmeras empresas estiveram no estado para recrutá-los, algumas mais de uma vez. As que mais se destacaram nesse processo foram as do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além das de construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, todas elas estabelecidas no Centro-Sul do país, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (SEDS; SEJUDH, 2014, 2015).

O perfil do estrangeiro escolhido pelas empresas era bastante específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral. Os imigrantes sem esse perfil tinham mais dificuldades de recrutamento, como era o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos. No movimento de haitianos pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, sempre revelaram algumas características importantes sobre a seleção e a organização do trabalhador imigrante no Brasil. Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, com representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, os contornos mais sutis desse processo foram evidenciados.

A partir do momento em que o fluxo migratório pelo Acre evidenciou seu caráter permanente e crescente, houve a demanda por uma estrutura específica para o acolhimento e a regularização dos imigrantes que por ali chegavam. Paralelamente a isso, o MTE e a Secretaria Geral da Presidência da República estabeleceram redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade de imigrantes no acampamento acreano, de acordo com o perfil deles cadastrado, incentivando a contratação

desses trabalhadores (SEJUDH, 2013; TERRA, 2013). Feito isso, as empresas interessadas passaram a procurar as secretarias estaduais responsáveis pela gestão do acolhimento.

Em campo, foi possível observar que o anúncio da chegada de uma firma ao acampamento era motivo de grande estímulo aos imigrantes, que prontamente se disponibilizam a participar dos processos de seleção realizados por elas, pois isso os aproximava do sonho de começar a trabalhar e refazer a vida no Brasil. Uma ou duas semanas após o contato institucional, os representantes da companhia chegavam à cidade e ao abrigo para organizar a triagem e a viagem do grupo escolhido. Em muitos casos, isso era feito em ônibus fretado, que vinha da cidade de origem da empresa, apanhava os imigrantes e retornava. Em situações que envolviam menor número de pessoas, o coordenador do acampamento ficava encarregado de adquirir as passagens e embarcar os selecionados no aeroporto ou na rodoviária da cidade, com destino à cidade-sede da firma. Já em casos de maior contingente, as empresas enviavam equipe até a sede do acampamento, que improvisava uma espécie de escritório no seu interior ou em área próxima, e realizava naquele local a seleção criteriosa dos trabalhadores.

Essa prática predominou até abril de 2014. Os agentes empresariais se deslocavam até o Acre e organizavam na própria área do acampamento uma estrutura para a triagem da força de trabalho que lhes interessava. Nessas ocasiões, os imigrantes adequados ao perfil “homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência” formavam longas filas e eram, um a um, entrevistados pelos agentes. No processo de triagem se verificava, por exemplo, o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e canelas, o que indicava, segundo o contratante, se a pessoa estava ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observava a condição da pele e, em alguns casos, até a genitália do trabalhador,

para identificar a presença ou não de hérnias que, de acordo com os avaliadores, manifestava maior ou menor disposição física para a atividade braçal e pesada, e até inviabilizava a execução desse tipo de atividade.

A empresa definia com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após o período de 90 dias de experiência é que a empresa decidia a permanência ou não do funcionário no seu quadro. Finalizada a seleção e organizada a viagem, eles partiam em ônibus fretados pelas empresas com destino aos seus futuros locais de trabalho. Importante ressaltar, ainda, que em muitos casos, na cidade onde iriam se fixar, os imigrantes eram alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e a vida do novo operário passava a ser ordenada e controlada diretamente.

#### **2.4 – EXPERIÊNCIAS E REPERCUSSÃO SOCIAL DA ROTA PELO ACRE**

Se o imprevisto e a fragilidade da política de assistência aos imigrantes tendem a comprometer uma inserção segura deles na sociedade brasileira, isso também gerou grande repercussão na região acreana. As cidades gêmeas de Brasileia e Epitaciolândia, onde aconteceu o acolhimento dos imigrantes entre dezembro de 2010 e abril de 2014, foram notadamente sobrecarregadas. Com pouco mais de 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente, modestas economias e dependentes do repasse de recursos federais, elas sofreram o impacto do intenso movimento migratório. Tendo em vista a limitada estrutura dos serviços públicos locais para o atendimento de seus moradores, ao longo desses anos, essa mesma estrutura precisou acomodar o atendimento aos imigrantes. Assim, a comunidade se sentiu ressentida pela histórica falta de atenção do poder público aos problemas locais,

especialmente quando acompanhava a mobilização de esforços institucionais e financeiros para gerenciar a passagem dos estrangeiros pela região (MAMED; LIMA, 2014b).

Aos poucos, essa situação foi estimulando reações adversas de hostilidade, permeadas por preconceito social e de raça. Em entrevistas realizadas com profissionais e moradores dos mais diversos segmentos sociais da região, a pesquisa constatou que a maior parte era contrária ao atendimento prestado aos imigrantes. No primeiro momento da passagem deles pela fronteira, era distinto o aspecto solidário do acolhimento, que mobilizou a comunidade em prol da ajuda humanitária. Contudo, diante dos anos de prosseguimento de uma política improvisada e de funcionamento precário dos acampamentos, a população foi alterando sua percepção sobre a situação. Com os moradores locais, os imigrantes disputavam diariamente por vagas nas filas dos postos de saúde, hospitais, agências bancárias e postais. Mesmo os comerciantes, que eventualmente tinham os imigrantes como clientes, reclamavam da excessiva presença deles na região.

As tensões entre a comunidade local e os imigrantes também se intensificavam nos momentos de superlotação do acampamento, uma vez que a consequência imediata era a sobrecarga dos serviços públicos. Em geral, quando isso acontecia, a repercussão da situação na mídia recobrava uma atuação mais específica do governo, que adotava então como alternativa paliativa a aquisição de passagens rodoviárias para encaminhar grupos de imigrantes a cidades do país onde tivessem amigos ou parentes que pudessem encaminhá-los a postos de trabalho.

Aos poucos, configurou-se um contexto social na região e dentro do próprio abrigo suscetível a conflitos e emergências sanitárias. Além disso, as denúncias sobre a degradante situação dos imigrantes no superlotado acampamento de fronteira do Acre assumiram grande repercussão nacional e internacional. O conjunto dessas questões e preocupações motivou os governos

federal e estadual a encerrarem as atividades do acampamento na região de Brasileira e Epitaciolândia, em abril de 2014, ao mesmo tempo em que operaram a abertura de um outro em Rio Branco.

Identificando-os genericamente como “haitianos”, os moradores locais reconheciam os imigrantes pela cor da pele, fala e vestimenta diferenciadas, e por andarem sempre em grupos pela cidade. Ao longo do segundo semestre de 2014, em virtude da epidemia de ebola registrada no continente africano, assunto que dominou o noticiário mundial, todos os que chegaram ao Acre, fossem caribenhos ou africanos, logo ficaram estigmatizados como transmissores da doença e ameaças à saúde local. Muitas autoridades se manifestaram na imprensa, ora reforçando a preocupação com a chegada da epidemia via imigrantes, ora alegando essa situação para exigir do governo federal verbas e equipamentos para o controle sanitário da fronteira. À época, ocorreu uma espécie de “institucionalização do medo”, reforçada pela abordagem midiática (SILVA, F., 2014, p. 05).

A chegada dos imigrantes caribenhos e africanos não chegou a representar grandes mudanças na rotina da comunidade local. Isso se relaciona, por um lado, com o fato de o Acre possuir uma formação social vinculada, em suas diferentes fases, ao processo geral de desenvolvimento das forças produtivas, divisão internacional do trabalho e migração de trabalhadores (LIMA, 1994; MAMED, 2005; MARTINELLO, 1998); por outro, com a condição de estar em um contexto de tríplice fronteira, marcada por trajetórias individuais e coletivas de brasileiros, peruanos e bolivianos, em permanente trânsito pelos três países fronteiriços. Em uma região quase isolada da Amazônia, com a qual, por muito tempo, só existia conexão aérea, esse talvez fosse apenas mais um fluxo em um contexto de fluxos. Assim, em geral, o contato da população com os imigrantes tende a ser lembrado pela serenidade e solidariedade (SILVA, F. 2014).

Contudo, esse mesmo contexto de fluxos apresenta uma precariedade econômica e social, o que rapidamente fez dos

migrantes um “problema visível”, identificados pela cor da pele e pela cultura diferenciadas, mas também por sua própria vulnerabilidade social, motivo de reclamação dos moradores pela permanência ociosa deles nos espaços públicos, pelo uso que faziam do transporte coletivo, pelas longas filas formadas nos serviços de assistência das cidades, principalmente em postos de saúde, ou nos serviços policiais e bancários. E essa estrutura de serviços, na maioria dos casos, antiga e restrita, evidenciou o impacto sofrido nas cidades acreanas pela passagem dos novos imigrantes.

Durante atividades de campo nos períodos de março-abril e junho-julho de 2015, observou-se, por exemplo, que o bairro onde se localizava o oitavo acampamento de imigrantes, embora fosse pouco povoado e distanciado das áreas mais centrais da cidade, aos poucos se dinamizou, com a abertura de pequenos comércios na varanda das casas dos moradores, visando à venda de alimentação e bebidas aos estrangeiros. Nesses pontos, que também chegavam a disponibilizar aparelho de televisão, rádio, telefone e sinal de internet para atrair clientes, os imigrantes se aglomeravam e passavam boa parte do dia.

Nos momentos de superlotação do abrigo, quando ocorria falta de água e entupimento de vasos e fossas sanitárias, os moradores do entorno também aproveitavam a oportunidade para negociar a entrada dos imigrantes em suas casas para o uso do banheiro e lavagem de roupas, mediante o pagamento de valores entre R\$ 2,00 e R\$ 5,00. Em outro polo dessa dinâmica, a associação que representa os moradores do bairro por muito tempo questionou o governo estadual sobre a manutenção do acampamento na localidade, alegando as condições de higiene dos imigrantes e suas práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis pela comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve síntese da experiência de campo apresentada neste trabalho buscou delinear os principais contornos do fluxo de haitianos que ingressou no Brasil, por meio do Acre, entre 2010 e 2015, após configuração de uma rota pioneira, de trajeto longo, segmentado e elevado custo, percorrida sob a orientação de redes de contrabando de migrantes. A chegada de haitianos indocumentados, em condições de profunda vulnerabilidade, grande volume e curto espaço de tempo, impactou a sociedade local e desafiou a capacidade governamental para sua assistência, em um contexto de competição generalizada pelos recursos do Estado.

A realidade enfrentada por eles nas fronteiras amazônicas se assemelha àquela dos campos de refugiados, onde grandes contingentes de pessoas e famílias convivem com o racionamento de alimentos e água, sem condições mínimas de higiene, privacidade e segurança. Apesar da dinâmica singular desse processo, sua proporção e questões demandadas, predominou durante os últimos cinco anos uma certa invisibilidade política do problema no plano nacional, situação que acentuou o perfil de fragilidade apresentado por esses imigrantes desde a saída de seu país de origem.

Ao ingressarem no Brasil como solicitantes de refúgio, eles acabam sendo documentados provisoriamente e passam a ter acesso a um visto que os permite a inserção no mercado de trabalho e que somente pode ser renovado com a comprovação de que estejam trabalhando regularmente. Assim, ao receber, abrigar, alimentar e documentá-los, mesmo em condições limitadas, pensando sua humanidade em termos de sobrevivência, e de modo parcial, em virtude da provisoriedade e do condicionamento para acesso e renovação do visto, o Estado brasileiro confirma o entendimento de que o imigrante só possui sentido pelo trabalho, devendo ser funcional aos setores

produtivos, pois, em geral, é esse o horizonte integrativo na concepção de quem hospeda (SAYAD, 1998).

As circunstâncias em que aconteceu a chegada de haitianos ao Acre nesses cinco anos, e a maneira como isso foi gerenciado politicamente pelo Brasil contribuíram para que esse fluxo representasse “um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro” (VILLEN, 2012, p. 6). Isso significa dizer que a condição de imigrante pobre, negro, indocumentado, sem conhecimento da língua e pouca escolaridade, passou a incidir na própria divisão do trabalho. Assim sendo, a estrutura de acolhimento e serviços públicos, moldada ao longo dos anos de trânsito de imigrantes pela região, revelou uma atuação do Estado como mediador necessário ao circuito estruturado de mobilidade e organização da força de trabalho a ser oferecida a baixo custo ao capital (GAUDEMAR, 1979).

O debate sobre a questão da humanidade, dos direitos, da cidadania para imigrantes dinamiza a pauta do fenômeno migratório internacional. Todos esses elementos dizem respeito à inclusão social do imigrante, que na realidade tende a ser precária, já que na trajetória laboral construída por ele, são evidentes as marcas da superexploração e da discriminação, apresentando sempre os salários mais baixos e as tarefas mais braçais, manuais, perigosas e insalubres (BASSO, 2013; TOLENTINO, 2009). Dirigido ao contexto do Acre, este debate evidencia que a generosidade invocada pela concessão de vistos humanitários não substitui o que deveria ser uma efetiva e transparente política migratória do Estado brasileiro, capaz de minimizar as deficiências de assistência e proteção (VÉRAN et al., 2014).

O exame do material apanhado em campo tem possibilitado tanto a identificação dos condicionamentos históricos, econômicos e sociais desse processo, quanto o registro das principais repercussões sociais dele na região acreana. Da mesma forma, tem viabilizado uma caracterização socioeconômica dos

imigrantes que passaram pela região, e revelado os principais modos de inserção deles na sociedade brasileira, com a identificação das dificuldades enfrentadas em suas trajetórias e o mapeamento das estratégias de mobilidade econômica e de reconhecimento social, construídas em um cenário adverso, marcado tanto pela ausência de documentação quanto pela discriminação.

Portanto, a experiência desta pesquisa, com períodos de observação empírica iniciada em junho de 2013 e finalizada em dezembro de 2015, deverá iluminar a análise sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e o papel da força de trabalho imigrante no atual contexto. A fim de compreender o significado sociológico do movimento internacional de haitianos pela fronteira acreana, o desafio da pesquisa é contemplar, nos planos geral e particular, o cenário capitalista mundializado e as características do caso brasileiro, seu contexto produtivo desigual e combinado, sua tendência à exploração redobrada do trabalhador, e que agora demanda e integra em seus processos produtivos imigrantes socialmente vulneráveis, como os haitianos e demais caribenhos e africanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA da Onu para Refugiados (ACNUR). *Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014*. ACNUR-Brasil, São Paulo, 2014. Disponível em <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio\\_no\\_Brasil\\_2010\\_2014](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014)>. Acesso em 30 mar. 2015.

ALMEIDA, Eduardo. Cartas do Haiti: relatos da situação num país em luta pela sua soberania. *Resistir.info*, Lisboa (Portugal), 2 fev. 2010. Disponível em <[http://resistir.info/a\\_central/cartas\\_haiti.html](http://resistir.info/a_central/cartas_haiti.html)>. Acesso em 30 mar. 2015.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRUDA, Itaan. Na periferia da alagação. *Jornal A Gazeta*, Rio Branco (AC), 16 mar. 2014. Acre Economia. Suplemento.

BAENINGER, Rosa; ANTICO, Cláudia. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: FUNAP, v.2, 1996, p. 259-268.

BASSO, Pierre. Imigração na Europa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 29-53.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. *Resolução Normativa nº 97 – Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti*. Brasília: 12 jan. 2012, Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. *Resultado da Aplicação do Questionário sobre a*

*Situação dos/as Migrantes e/ou Solicitantes de Refúgio no Abrigo de Brasília/AC - Para Uso Interno do Serviço Público Federal.* Brasília: SDH/PR, 2014.

BRITO, Suzana. *Ocupação do Haiti é agressão imperialista. A nova democracia*, Rio de Janeiro, fev. 2009. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CARREIRO, Marcelo. *Brasil no Haiti: o desastre da Minustah.* *Boletim Tempo Presente*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 2, p. 3, 2009.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2014.* Brasília, DF: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo et al. (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015.* Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *Globalização da pobreza e a nova ordem mundial.* Lisboa: Caminho, 2003.

\_\_\_\_\_. *Raízes históricas da crise social no Brasil – o papel do FMI.* *Resistir.info*, Portugal, 21 jun. 2013. Disponível em <[http://resistir.info/chossudovsky/brasil\\_21jun13.html](http://resistir.info/chossudovsky/brasil_21jun13.html)>. Acesso em 15 ago. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. *Haiti: terremoto, colonização e resistência.* *O Olho da História*, Salvador, n. 14, jun. 2010. Disponível em <<http://oolhodahistoria.org/n14/artigos/coggiola.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2015.

COMISSÃO Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL. *La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes.* Santiago, 2006. Disponível

em <<http://www.eclac.cl/celade/default.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CUNHA, Davilson Marques Cunha; CUNHA, Renisea Figueiredo. As falácias do modelo de integração regional e comercial: desnudando os interesses da IIRSA na fronteira amazônica. In: Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, 2008, Belém (PA). *Anais*. Belém: UFPA, 2008. Disponível em <<http://www2.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT8-144-1153-20081204101052.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Márcia Anita. A CPI do Tráfico de Pessoas no contexto do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. *Cadernos de Debates - Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília (DF), v. 7, n. 7, p. 21-41, dez. 2012.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESCRITÓRIO das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC. *Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes*. 2016. Disponível em: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

FERNANDES, Duval (Coord.). *Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral* [Relatório final de pesquisa]. Belo Horizonte: Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional para Migração, 2014.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Instituto Migrações e Direitos Humanos*, Brasília, 20 jan. 2014. Disponível em: <[http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com\\_content&view=article&id=214:do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio&catid=89&Itemid=1210](http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=214:do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio&catid=89&Itemid=1210)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

FERRAZ, Lucas. Rede de coiotes controla tráfico de haitianos ao país. *Folha de São Paulo*, São Paulo (SP), 27

mai. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1460493-rede-de-coiotes-controla-traffic-de-haitianos-ao-pais.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

FRESNILLO, Iolanda. Haiti, quatro anos depois do terremoto: a miragem da reconstrução. *Revista Fórum*, São Paulo, edição 130, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/130/haiti-quatro-anos-depois-terremoto-miragem-da-reconstrucao/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1979.

GLASS, Verena. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz ativista. *Carta Maior*. São Paulo, 2 ago. 2004. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=2442](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2442)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

GOMBATA, Marsílea. Haiti – 10 anos de Minustah. *Carta Capital*, São Paulo, 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/autores/haiti/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HALLWARD, Peter. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (Org.). *Contragolpes*. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 219-242.

HANDERSON, Joseph. *Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY. *Condição pós-moderna: pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBERÊ, Daniel. *IIRSA: a serpente do capital – pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina* (Santo Antônio e Jirau). Rio Branco: Edufac, 2015.

JACKSON, Regine. *Geographies of the Haitian diaspora*. New York: Routledge, 2013.

KÜHN, Adriana. *Guerra e persuasão: estudo de caso da operação psicológica do Exército Brasileiro no Haiti*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIMA, Mário José de. *Capitalismo e extrativismo – a formação da região acreana*. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1994.

MACHADO, Altino. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. *Terra Magazine - Blog da Amazônia*, São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Isolamento do Acre deixa mais de 1300 haitianos e senegaleses retidos em abrigo na fronteira. *Terra Magazine - Blog da Amazônia*, São Paulo, 28 fev. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2014/02/28/isolamento-do-acre-deixa-mais-de-1300-haitianos-e-senegaleses-retidos-em-abrigo-na-fronteira/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Com débitos e abrigo superlotado, AC quer que governo federal assumira imigrantes. *Blog do Altino Machado*, Rio Branco (AC), 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2015/03/com-debitos-e-abrigo-superlotado-ac.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MAIS de 250 mil pessoas perderam direito à nacionalidade dominicana. *ADITAL*. São Paulo, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79391&langref=PT&cat=>>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MALDONADO, R.; BAJUK, N.; HAYEM, M. *Las remesas a América Latina y el Caribe durante el 2011: recuperando el*

*crecimiento*. Washington: Fondo Multilateral de Inversiones, Banco Interamericano de Desarrollo, 2012.

MAMED, Letícia Helena. *Amazônia Ocidental (1870-1970): o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2005.

MAMED, Letícia H.; LIMA, Eurenice O. Movimento internacional de trabalhadores haitianos: da passagem pela Amazônia ao Trabalho no Centro-Sul do Brasil. In: Congresso Latinoamericano de Sociología Rural - ALASRU, 9, 2014, Cidade do México, *Anais*. Cidade do México: ALASRU, 2014a.

\_\_\_\_\_. Trabalho e migração haitiana na Amazônia Ocidental. In: ALBUQUERQUE, Gerson; ANTONACCI, Maria Antonieta. *Desde as Amazônias: Colóquios. Rio Branco*: Nepan Editora, 2014b, v. II, p. 135-170.

\_\_\_\_\_. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. *Revista Novos Cadernos NAEA*, Belém (PA), Universidade Federal do Pará, v. 18, n. 1, p. 33-64, jan-jun. 2015.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Rio Branco: Edufac, 1998.

MONTEIRO, Solange. De braços abertos? *Revista Conjuntura Econômica* – FGV/IBRE, Rio de Janeiro, v. 69, n. 03, mar. 2015. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C54ADE6252014C24446B5B0BF6>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 03, p. 23-33, set. 2006.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo

- Amazônico”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém (PA), Universidade Federal do Pará, v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013.
- REPÓRTER Brasil. *Tráfico de pessoas, mercado de gente*. Cartilha. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SECRETARIA de Desenvolvimento Social do Acre – Seds/AC; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre – Sejudh/AC. *Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre*. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2014.
- \_\_\_\_\_. *Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre*. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2015.
- SEGUY, Frank. *O Haiti é aqui e lá*. *Jornal da APUG*. Fundação Lauro Campos. Belém, 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2010/03/o-haiti-e-aqui-e-la/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2014.
- SILVA, Francisco Bento da. Negros diáspóricos, migrações e trânsitos na Pan-Amazônia: Acre, o não-lugar. In: I Encontro Estadual da ANPUH-AP e I Jornada Internacional de Estudos de História da Amazônia “Diásporas, migrações e territorialidades na Pan-Amazônia”. 1, 2014, Macapá, *Anais*. Macapá: ANPUH-AP, 2014. Disponível em: <[http://www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=52504](http://www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=52504)>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- SILVA, Paloma Karuza Maroni da. *Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2014.
- SÔNEGO, Dubes. Brasil já recebe menos dinheiro de emigrantes que o Haiti. País foi o único da América Latina e Caribe a ter

queda no volume de recursos enviados por seus cidadãos no exterior, em 2011. Portal IG. São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/brasil-ja-recebe-menos-dinheiro-de-imigrantes-que-o-haiti/n1597692787307.html>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

TERRA. *Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre*. São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 out. 2013.

TOLENTINO, Nancy Curado. Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano. *Socius Working Papers*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, n. 09, mai. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/1884>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n.4, p.1007-1041, 2014.

VILLEN, Patrícia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: Seminário do Trabalho: Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI, 8, 2012, Marília. *Anais*. Marília: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

---

LETÍCIA HELENA MAMED - Professora de Teoria Social/Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (Ufac), membro do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (Ufac-CNPq) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com bolsa do Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral/Capes). <[leticiamamed@gmail.com](mailto:leticiamamed@gmail.com)>

